

**Egrégio Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados
do Brasil – Secção de São Paulo
Quarta Câmara do Conselho**

PD. 02 R0010082009 (3464/2008)

Origem: PD 3464/08

CARLOS PERIN FILHO – www.carlosperinfilho.net - (sinta-se livre para navegar), nos autos do procedimento disciplinar em epígrafe, respeitosamente, à presença deste Egrégio Tribunal, em atenção à notificação pessoal de 15.03.2012 (recebida em 19.03.2012, cópia anexa), nos termos do artigo 75 do Estatuto da Advocacia venho Recorrer ao Conselho Federal nos termos das inclusas razões, cuja juntada e remessa fica requerida com efeito suspensivo da pena de censura.

São Paulo, 21 de março de 2012

Carlos Perin Filho
OAB-SP 109.649

**Egrégio Conselho Federal da
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/SP**

[ECT 72907410 21/03/2012 RA406477063BR]

PD. 02 R0010082009 (3464/2008)

Merece reforma a decisão da Egrégia Quarta Câmara do Conselho da Seccional paulista desta Ordem que entendeu ético e disciplinar censurar este Advogado, negando o recurso interposto.

Em paralelo ao uso da Lógica Jurídica Paraconsistente (aquela que admite contradições sem trivialidades, porém gerando atritos éticos e disciplinares até seu completo entendimento), desde o século passado, ao sugerir à Comissão Revisora da Tabela de Honorários da OAB/SP a alteração da Tabela de Honorários para inclusão da substituição processual e até por ocasião do Recurso ao Conselho Seccional nestes autos, entendia estar fazendo *substituição processual* em Petições Administrativas e/ou Ações Populares e, após ler e reler *O Processo Coletivo na Tutela do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa*, de SUSANA HENRIQUES DA COSTA, passei por uma reconfiguração processual com implicações éticas e disciplinares relevantes para este e outros casos relacionados, pois *a ação popular encerra hipótese de legitimidade extraordinária autônoma, concorrente e disjuntiva de todos os cidadãos, na defesa do interesse metaindividual por meio dela veiculado*” (p. 205 da obra citada, São Paulo: Quartier Latin, 2009).

Em petição endereçada àquela Seccional, publicada na *Internet*, em - www.carlosperinfilho.net/2012/17032012.pdf – em primeira mão reconheço aquela reconfiguração, que - S.M.J. - elimina os desentendimentos conceituais, éticos e disciplinares envolvidos neste e demais casos éticos e disciplinares derivados de Ações Populares nas quais atuo em *legitimidade extraordinária autônoma, concorrente e disjuntiva*.

Entendo que tal reconfiguração experimentada muda de fato e de direito o entendimento e valoração quanto às circunstâncias éticas e disciplinares que motivaram tanto a representação inicial quanto minha defesa, o processamento destes autos e a pena de censura, razão pela qual recorro a este Conselho Federal para que reconfigure aquela decisão em **Ofício Reservado** (artigo 36, parágrafo único combinado com artigo 44, I, ambos do Estatuto da Advocacia, à luz das circunstâncias atenuantes ora apontadas).

É o que requero a este Conselho Federal.

São Paulo, 21 de março de 2012

Carlos Perin Filho
OAB-SP 109.649